

Esse 'barato' é ou não caro? Consumo de drogas e inserção social

Pedro Paulo de Oliveira

Professor do IFCS/UFRJ

O objetivo deste artigo é avaliar o simbolismo que as drogas adquirem para jovens consumidores cariocas em contextos de lazer específicos: de um lado, os de boa inserção social, frequentadores de festas e eventos caracterizados basicamente pelo som da música eletrônica e, de outro, os de baixa renda familiar que vão a bailes funk. Usando métodos qualitativos de investigação e levando em conta a opinião dos usuários, obtida em entrevistas semiestruturadas, montagem e moderação de grupos focais e registros etnográficos, a pesquisa mostra a distância entre as imagens que jovens de diferentes situações sociais fazem de si como consumidores de substâncias psicoativas.

Palavras-chave: drogas, jovens, música eletrônica, funk, classe

What's the Price of this Thrill? Drugs Consumption and Social Position aims to assess the symbolism attached to drugs for young consumers in Rio de Janeiro with specific leisure contexts: on the one hand, those with high social position, who frequent raves and parties characterised by electronic dance music and, on the other, those from low income backgrounds who go out to funk parties. Using qualitative investigative methods and taking into account the users' opinions obtained through semi-structured interviews, setting up and moderating focus groups plus ethnographic records, the research reveals the distance between the images that youths from distinct social backgrounds paint of themselves as consumers of psychoactive substances.

Keywords: drugs, youths, electronic music, funk, class

O que é comum a todos só pode ser de posse daquele que menos possui

Georg Simmel

Recebido em: 25/04/10

Aprovado em: 30/06/10

Com o objetivo de examinar diferentes perspectivas sobre o consumo de substâncias psicoativas para práticas e identidades juvenis, este trabalho utiliza os dados obtidos a partir da pesquisa empírica realizada para o projeto "A sedução das drogas: consumo e identidade", desenvolvido e realizado sob minha coordenação¹. A investigação, feita com frequentadores de festas urbanas do circuito eletrônico e de bailes funk, revela o contraste entre as autoimagens de jovens consumidores de drogas de diferentes segmentos sociais.

1 O projeto teve financiamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça.

A análise leva em conta as opiniões apresentadas durante a moderação de grupos focais e relatadas mais detalhadamente em entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas seis dinâmicas de grupos focais, divididas por faixa etária (faixa mais jovem, de 13 a 16 anos; faixa intermediária, entre 17 e 20; e jovens maduros, entre 20 e 24 anos) e situação socioeconômica (para o segmento de boa inserção social, foram selecionados jovens com renda familiar igual ou superior a R\$ 5 mil, e, para o de pior inserção social, a renda familiar limite era de R\$ 1 mil). Além disso, 18 jovens foram entrevistados (muitos deles recrutados dos grupos focais), sendo 10 deles de situação socioeconômica favorável (frequentadores da cena de música eletrônica) e oito pertencentes aos segmentos sociais menos favorecidos (moradores de comunidades e frequentadores de bailes funk). O trabalho também menciona aspectos de fatos observados nos registros etnográficos da pesquisa. Uma fala obtida para outro trabalho² é aqui transcrita para corroborar pontos de vista acerca da etiologia do consumo.

Além de apresentar de forma sucinta as opiniões predominantes em cada grupo de jovens, pretendo, ao final, esboçar um conjunto de postulados sociológicos que possa esclarecer o porquê dos contrastes verificados.

Durante o processo de análise das mais de 1.300 páginas que resultaram das transcrições das dinâmicas de grupos focais e das entrevistas realizadas, percebi que alguns temas apareceram como avalizadores do contraste refletido na autoimagem de cada grupo de jovens. Entre eles, citamos os motivos e as determinações alegadas para explicar o uso de substâncias psicoativas, as opiniões quanto à possibilidade de descriminalização do uso e da venda e os relatos que buscavam exprimir a relação entre usuários e fornecedores das drogas.

2 Trata-se da pesquisa intitulada "O cerceamento da palavra: Favelados em busca de reconhecimento", financiada pela FAPERJ e coordenada por Luiz Antônio Machado da Silva, que a desenvolveu juntamente com um grupo de pesquisadores do qual fiz parte. Os resultados da pesquisa estão publicados no livro *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*, lançado pela editora Nova Fronteira em 2008.

Etiologia do uso de substâncias psicoativas: a questão familiar

“Minha família é de viciados: minha bisavó, minha avó, meus tios – minha família foi sempre ‘geração álcool’. Todo mundo bebe, e quem bebe tem um monte de filhos. Minha avó sempre dava pinga pra mim e meus primos” (MACFARLANE et al., 2003, p. 144). Este relato, feito por uma jovem

de 19 anos ex-dependente de crack, expressa um dado relevante que encontramos nas entrevistas com jovens consumidores de drogas: as influências parentais quanto ao hábito de uso de substâncias psicoativas. Quase todos os nossos entrevistados dizem ter tido algum membro da família, e não raro o próprio pai ou a mãe, como influência determinante para a consecução das práticas analisadas.

Esse tipo de alegação também aparece com frequência entre os jovens de classe média usuários de drogas. Apesar da semelhança, a postura frente ao fato é bastante diferenciada. Antes de tudo, é importante frisar que, nas entrevistas, a questão das amizades e sua influência no uso dessas substâncias tem uma relevância maior nos relatos dos jovens de segmentos mais favorecidos, embora a questão familiar também tenha destacada relevância entre eles.

Enquanto os jovens de classe média tendem a ver os pais como companheiros e facilitadores, ao disponibilizarem, em alguns casos, a possibilidade do uso de drogas com amigos em seu próprio domicílio, os jovens de classe baixa têm uma visão extremamente crítica aos pais, sendo que, em alguns casos, chegam a acusá-los pelo “mau exemplo”.

Em algumas entrevistas, pais que usavam drogas são apontados pelos jovens de classe social menos favorecida como responsáveis pela situação degradada em que os filhos se encontravam. Destacável é o fato de que, com exceção de um agente em um grupo focal e de outra entrevistada que já tinha passado por um programa de desintoxicação, os demais agentes entrevistados desse segmento social não apresentavam uma degradação social pronunciada. Ainda que alguns deles estivessem em situação de subemprego, e que os demais tivessem empregos mal remunerados, os relatos apontaram para uma vida pautada por regularidade, uma situação em que o consumo de drogas não os deixava à margem da sociedade para além de sua já precária situação social.

Destaca-se também o fato de que, em vários momentos, o discurso dos jovens menos favorecidos, expressando a visão que tinham dos pais ou de parentes próximos, também usuários ou ex-usuários de drogas, aproximava-se bastante de uma perspectiva de senso comum, em que a família ideal é apresentada como um idílio de sentimentos generosos e apoios de todo tipo que garantiriam,

em tese, uma vida ordeira e livre de problemas com as drogas. Muitas vezes eles adotaram o discurso da “família degradada ou desestruturada” como a razão principal para suas práticas de consumo. A ideia de que esses pais pretendiam parar de se drogar, pois não queriam servir de “mau exemplo”, aparece em alguns relatos.

Esses fatos atestam um contraste pronunciado em relação ao discurso dos jovens de classe média. Em nenhum momento eles fazem observações depreciativas em relação aos pais ou parentes que utilizavam (ou ainda fazem uso de) drogas, mesmo nos casos em que teriam assumidamente seguido o exemplo e os responsabilizam pelo atual uso das substâncias. Diferentemente dos jovens de classe baixa, que apontam a “degradação familiar” como responsável pelos “males” que vivenciam em função do uso de drogas, os jovens de classe média, quando fazem críticas a seus parentes, dirigem-nas ao fato de eles serem de outra geração e, por isso, não terem capacidade para entender que as drogas que eles consumiam (ou consomem) eram (ou são), do ponto de vista do risco, tão perigosas quanto o “doce” ou a “bala” (gírias para, respectivamente, o LSD e o *ecstasy*).

A questão da família é bastante relevante quando pensamos o uso de drogas em agentes menos favorecidos, pois eles tendem a assumir o discurso social que busca caracterizá-la como um “agente ativo, dotado de vontade, capaz de sentimento e de ação, (...) lugar da confiança e da doação (...), lugar onde se suspende o interesse no sentido estrito do termo, isto é, a procura de equivalência nas trocas” (BOURDIEU, 1996, p. 126). As famílias, dessa forma, são assumidas como uma rede viva e integrada de pessoas que devem suprir ou auxiliar a satisfação das necessidades dos agentes tanto no âmbito moral, sentimental, quanto, principalmente, no âmbito material. Seguindo essa argumentação sociológica específica (BOURDIEU, 1996), poucas são as famílias que conseguem se manter dentro desse modelo.

Em três entrevistas, pôde-se observar a caracterização das famílias como redes de apoio em que inexistia histórico de consumo de substância psicoativa. Nesses casos, os jovens frequentavam a cena eletrônica e, para eles, a rede de amigos aparece como fator importante de influência para o uso.

Muitas vezes, a família tida como modelo é aquela que pode dispor de um domicílio e que aparece preferencialmente com um casal de filhos. Essa é a ideia de uma família modelar, integrada e, como gostam de dizer alguns, “estruturada”. A “família estruturada” seria um *locus* de socialização pautada pelos sentimentos, pelo apoio recíproco, pela plena solidariedade e por outras qualidades que fundamentam sua existência institucional celebrada e sua valoração moral social e pessoal positiva.

Nos relatos obtidos, a situação de família modelar, paradigmática e estruturada não é comum. Ela de fato não ocorre plenamente na maior parte dos domicílios familiares de classe média dos agentes entrevistados, muito menos naqueles de classe menos favorecida. Porém, enquanto nesse grupo essa “incompletude” não aparece como causa de um possível colapso que os teria conduzido ao uso de substâncias psicoativas, o oposto é verificado entre os agentes menos favorecidos, que assumem a ideia de que a desintegração de sua família está na raiz ou na etiologia do problema de seus hábitos de consumo. Esse fato é fundamental para pensarmos a introjeção e posterior expressão de discursos típicos do senso comum nos segmentos menos favorecidos.

Apenas para ilustrar essa percepção, cito aqui o discurso de uma mãe retirado de outra pesquisa de que participei, em que o objetivo era “etnografar” e captar os sentimentos referentes à realidade da sociabilidade em favelas cariocas. A fala exprime, entre outras coisas, elementos que destaquei nesta seção: a ideia da família desestruturada como fator fundamental para o contato do jovem com as drogas, acrescentando também a opinião de uma inevitabilidade de aproximação com o tráfico em função do fato.

Josefa (moradora de comunidade): “Tem vários fatores que levam ao mundo do tráfico e das drogas. Alguns vêm de famílias problemáticas, entendeu? (...) Cresceram dentro de um lar totalmente desestruturado. (...) O pai era viciado em cocaína, a mãe era viciada em cocaína, um lar totalmente destruído. E isso influencia na formação de um ser humano. Consequentemente, uma criança problemática vai ser um jovem problemático, um adulto problemático, um velho problemático, porque cresceu dentro dessa estrutura familiar. E a família é

o fator mais importante do ser humano. Não que isso não signifique, como nós vemos diversos casos, que jovens de famílias totalmente estruturadas, até de classe média, também ingressaram no tráfico, como o Dom. Eles não tinham problema nenhum e entraram no tráfico.”

O relato adere aos discursos de senso comum, segundo os quais a ideia de uma “desestruturação familiar” estaria na origem dos problemas gerados pelos jovens infratores. Tende também a estabelecer a ideia de que o uso de drogas leva inevitavelmente ao crime. O que pudemos perceber é que os jovens entrevistados nos grupos focais ou aqueles que participaram das entrevistas semiestruturadas expressaram narrativas pessoais que desautorizam esse tipo de avaliação, uma vez que os jovens usuários moradores de comunidades, em sua maioria, não participam das atividades do “movimento” ou da “firma” (gírias para a rede de agentes que controla o tráfico de drogas nas favelas).

Além dos fatores provenientes dos antecedentes familiares aduzidos para explicar a situação do consumo atual, no discurso de senso comum que a fala anterior exprime incontestavelmente pode-se perceber a ideia de que os usuários de drogas com bastante frequência se envolvem com o tráfico. Levando em conta os relatos obtidos, poderíamos dizer que, apesar de usual, nem sempre, ou melhor, raras vezes a associação se confirma na realidade. Entre os oito entrevistados pertencentes às camadas sociais menos favorecidas, apenas um deles tinha laços intensos de amizade com membros do “movimento” e assumiu já ter realizado tarefas para ele. Não raro, a dependência e o conseqüente abuso de substâncias ilegais acabam por resultar em situações de dívidas que podem favorecer a prática de delitos, realizados no intuito de gerar renda para saldá-las. Outras etnografias apontam para essa possibilidade (ZALUAR, 2004, p. 1996). Há razões para tanto, ainda que não se possa generalizar essa associação. Antes de abordar esse assunto, entretanto, tentarei descrever como se expressaram as diferentes percepções em torno da questão da legalização da venda ou da descriminalização do uso de drogas entre os dois segmentos de jovens.

A questão da descriminalização do uso de drogas

Com relação à questão da legalização da venda e/ou da descriminalização do uso de substâncias psicoativas³, as perspectivas tornam-se bastante diferenciadas. Dos oito entrevistados de segmentos de menor renda, apenas um deles era favorável a políticas públicas nessa direção e, ainda assim, apenas para a venda e uso da maconha. Com os jovens de classe média ocorre a preponderância inversa. Das 10 entrevistas, somente dois jovens se pronunciaram contra a legalização da venda e a descriminalização do uso das substâncias.

Essas tendências se confirmaram em conversas que mantive com integrantes jovens de comunidades que participaram de uma pesquisa de que fiz parte posteriormente a este trabalho⁴. Pude observar que, em vários momentos da pesquisa, emergia a disseminada ideia de que a droga é um mal nefasto a ser combatido a qualquer custo. Ideias como a responsabilização do usuário também tendem a aparecer, como se fosse uma crítica mais bem avaliada da situação que localiza no usuário a culpa por toda a violência relacionada atualmente ao comércio e uso de substâncias ilícitas. Esse tipo de abordagem está presente em peças de propaganda de Ongs que tratam de problemas relacionados à violência e foi destacado no enredo de um filme recente e polêmico.

Em uma entrevista, um jovem frequentador de baile funk efetuou um curioso argumento contra a legalização/descriminalização. Ele disse ser contra esse tipo de política, uma vez que os lucros da venda da droga possibilitavam a dinamização da vida econômica das comunidades e que, por isso, a legalização não seria conveniente para as próprias comunidades. Esse mesmo tipo de argumento foi veiculado em um debate ao vivo no programa Roda Viva, da TV Cultura, de 25/04/2005, retransmitido pela TV Brasil no Rio, pelo conhecido cantor de rap MV Bill, que, em várias ocasiões de aparições públicas, faz com as mãos o símbolo da facção Comando Vermelho. Trata-se, sem dúvida, de uma perspectiva no mínimo surpreendente, mas não podemos considerá-la majoritária entre os argumentos aduzidos para justificar a posição contrária à legalização.

3 Separo as duas pois pode haver a descriminalização do uso sem a liberalização da venda, que é a atual tendência da legislação brasileira (desconsiderando aqui o problema que esse tipo de separação pode acarretar). Nas entrevistas, os jovens tendem a não considerar essa separação e costumam pensar na ideia de liberação, legalização e descriminalização de uma forma global.

4 A pesquisa, já mencionada em nota anterior (1), organizou um *happening* que reuniu vários integrantes dos diversos "coletivos de confiança" realizados.

Ser contrário à legalização das drogas é, em muitos casos, uma posição que sequer merece uma justificativa da parte dos que sustentam a posição. Senti em alguns jovens de classe menos favorecida um certo espanto frente à minha indagação das razões para a manutenção de tais substâncias na ilegalidade. Olhavam-me como se eu é que tivesse que justificar o porquê do pedido de explicação para a posição contrária. Para eles, são tão evidentes os malefícios das drogas, que não parecia necessário ter que explicitá-los. Referiam-se às drogas como um mal nefasto, mas não atribuíam ao álcool a qualificação na mesma intensidade. É interessante destacar essa adesão às narrativas de senso comum que naturalizaram o uso do álcool como um veículo de inebriamento, socialização e lazer consentidos, apesar de já haver pesquisas que apontam que, para a saúde do usuário, o uso do álcool pode ser igual ou até mesmo pior do que o de outras substâncias psicoativas postas na ilegalidade, como é o caso da maconha.

Quando o alcoólatra está bebendo, seu encéfalo se satura de álcool e ele não pode pensar direito ou raciocinar logicamente. Quando não está bebendo, encontra-se em síndrome de abstinência, e seus pensamentos são igualmente confusos e misturados. Como resultado, passa a maior parte de suas horas de vigília confuso, sofrendo com a abstinência, dominado por autopiedade e desespero, e amiúde deprimido. (MILAN [e] KETCHAM, 1986, p. 165)

O mal que as drogas provocam no entorno de seu local de moradia parece ser mais um elemento constitutivo da autoimagem depreciada que alguns relatos exprimem. Ele se soma, é claro, a outros fatores, como a já aludida situação da “família desestruturada”. Da mesma forma, avaliam os amigos e, evidentemente, os fornecedores das drogas dentro de sua comunidade, conforme a análise a seguir.

Quando se observam os argumentos dos jovens de classe média em justificativa à posição favorável à legalização do uso de substâncias psicoativas, destaca-se a ideia de liberdade e a assunção da responsabilidade que cada um deve ter no trato com o consumo dessas substâncias. Tal posicionamento reflete o inverso do que se verifica entre os jovens menos favorecidos. Reivindicar liberdade apresenta-se como algo

natural para quem se considera capaz de gerir suas vontades graças a uma segurança pessoal em relação a práticas consideradas perigosas, bem como para quem apresenta uma boa autoestima e se considera capaz de assumir riscos em nome da experimentação e do prazer.

A questão da legalização toca diretamente no problema da existência dos fornecedores das drogas, os traficantes. A descrição dessa relação nas entrevistas foi outra fonte de importantes diferenciações entre os dois grupos analisados.

Fornecedores

A vivência que consumidores de substâncias ilícitas têm em sua relação com os fornecedores é distinta nos dois casos aqui investigados, ainda que semelhanças aparentes possam induzir a uma perspectiva equivocada. No primeiro caso, selecionamos jovens de classe média frequentadores de *raves* e consumidores de drogas sintéticas como o LSD e o *ecstasy*, o “doce” e a “bala” (outras também foram citadas⁵, mas na amostra de agentes da chamada cena eletrônica predominava o consumo dessas duas substâncias). No outro grupo, recrutamos jovens frequentadores de bailes funk e preferencialmente consumidores de cocaína e/ou maconha⁶. Entre estes, não havia nenhum na ocasião que tivesse uma vez sequer experimentado drogas sintéticas, um “barato” muito caro.

Em determinados aspectos, existe semelhança entre os tipos de contato travados entre usuários e fornecedores, havendo, no entanto, uma diferença de grau ou de intensidade relacional.

Muitos são os jovens que conhecem o(s) seu(s) fornecedor(es). A relação pode ser de simples conhecimento, sem nada que possa caracterizar genuínos laços de amizade e companheirismo. À exceção de uma entrevista em que conversamos com um usuário que era ao mesmo tempo fornecedor de drogas nas comunidades, os usuários entrevistados buscavam se distinguir e se distanciar daqueles que forneciam as substâncias. Isso ocorria mesmo quando, em situação pregressa, tinham tido um contato maior por terem frequentado a mesma escola e convivido na infância em situações coletivas como jogos ou brincadeiras.

5 Alguns usuários mencionaram outras drogas, como cocaína, lança-perfume, GHB, Special K, chás alucinógenos (cogumelos, ervas exóticas etc.) e diversos tipos de anfetaminas e outros medicamentos, especialmente ansiolíticos e benzodiazepínicos, sem contar descongestionantes, xaropes, inalantes e outros.

6 No grupo também houve menções a outras substâncias, tais como “cheirinho da loló”, crack, solventes e álcool.

No caso do contato entre fornecedores de drogas e os agentes jovens de classe média, verifiquei que podia ser mais íntimo, e obtive relatos em que o próprio usuário assumia a condição de fornecedor, ao comprar pastilhas de *ecstasy* para os amigos, tirando da revenda o dinheiro para cobrir o pagamento de sua própria “bala”, o que, para ele embora não para a lei, de modo algum configura tráfico.

A noção de risco no envolvimento com os fornecedores é muito distinta nos dois casos. Para os traficantes instalados em comunidades, temos uma situação, vivenciada em inúmeros momentos, de conflito potencial ou virtual com a polícia ou entre eles próprios, o que os coloca e aos que os cercam em risco contínuo. Tal configuração aparece como impeditiva da manutenção de laços de amizade mais íntima entre usuários e fornecedores, excetuando-se as ocorrências em que o fornecedor é também usuário, como na entrevista já destacada. Nas comunidades, nem mesmo o fato de alguns usuários terem crescido com os fornecedores, frequentado a mesma escola e participado juntos de atividades de lazer amenizava a distância que buscavam expressar. Os usuários desse segmento afirmavam muitas vezes que os fornecedores podiam, eventualmente, serem seus conhecidos, mas não faziam parte de seu convívio íntimo e, portanto, não poderiam ser classificados como amigos. Aqui cabe uma observação: temos que levar em conta o fato de que, diante de uma entrevista para um agente desconhecido, o usuário pode expressar uma distância estratégica em relação ao fornecedor (que poderia ou não ser efetiva).

É interessante verificar o contraste desse tipo de relação com a travada entre usuários e fornecedores na classe média. Alguns detalhes são bastante relevantes para caracterizar o fornecedor de drogas para os agentes jovens desse conjunto da amostra: trata-se de um agente criminoso, que não porta armas e não tem um sítio específico de atuação, como nas “bocas de fumo” das favelas. Não raro, é visto como um “camarada” ou um amigo de amigos (refiro-me aqui à distribuição de *ecstasy* e ácido, uma vez que os agentes de classe média que fazem uso de cocaína frequentemente precisam se dirigir às favelas). Apesar de serem apontados como fornecedores, esses agentes muitas vezes não são assim nomeados pelos jovens desse segmento social.

Como bem destacou Grillo (2008), os fornecedores de drogas sintéticas não se consideram traficantes, apenas “fazem o doze na pista” (gíria para exprimir a venda de drogas no asfalto). Quando muito, “estão” realizando atividades de traficantes, mas não assumem essa depreciada identidade específica. Os fornecedores, nesse caso, muitas vezes “curtem” a noitada com seus clientes, fazem parte da roda de amigos. Ou, como já aludido, os próprios usuários podem assumir o papel de fornecedores ao recolherem dinheiro dos companheiros e buscarem certa quantidade de “pastilhas” para uma *rave* ou uma “noitada”, distribuindo o valor de sua “pastilha” no preço cobrado aos amigos no intuito de levá-la “na faixa” (gratuitamente).

Diferentemente dos traficantes de morro, os que atuam no asfalto distribuindo drogas sintéticas têm uma capacidade de movimentação incomparavelmente maior. Eles não portam armas e tendem a não resolver os problemas de calote com apelações à violência (GRILLO, 2008). Alguns fazem ou já fizeram viagens internacionais (muitas vezes para obter droga). Já os fornecedores de favelas estão enquistados em seus próprios territórios, que têm que ser defendidos de outros traficantes e/ou das invasões policiais. Estão aprisionados. Muitas vezes sequer conhecem o entorno de suas comunidades. Por isso, o recurso à violência é um elemento fundamental a ser considerado por aqueles que participam das redes de distribuição de drogas nas favelas.

Esses fatores são importantes para entender como os jovens percebem a simbologia do tráfico associado a drogas como a maconha e, principalmente, a cocaína, em comparação com o de drogas sintéticas, em que uma negociação mais amistosa e isenta de violência emoldura o relacionamento entre usuários e fornecedores.

O importante a ser aqui ressaltado é o fato de que os jovens de classe média tendem a ter uma visão menos pautada pela caracterização usual dada ao traficante tal como aparece nos discursos de senso comum. Essa situação é favorecida pelo modo distinto com que o fornecedor é percebido, ou seja, pelo fato de ele não costumar se apresentar armado e nunca ou quase nunca recorrer à violência. A desconstrução da imagem comum do traficante permite a esses usuários, inclusive, participar da distribuição de drogas sem que percebam estar incorrendo em atividade

ilegal. Suas vivências se contrapõem às imagens veiculadas pelo senso comum. Já no caso dos traficantes do morro, a situação tende a corresponder à imagem mais corrente. Daí os jovens entrevistados procurarem expor um afastamento em relação a eles. Não nos importa se estão ou não dizendo a verdade, mas, sim, que estão tentando realizar em seus discursos um afastamento moral em relação aos fornecedores (que pode ou não ter uma correspondência efetiva na prática).

Individação e independência x Indiferenciação e submissão

Para tentar esclarecer as razões sociológicas que podem dilucidar os comportamentos contrastantes dos jovens investigados, apresento agora um conjunto de postulados extraídos da obra de Norbert Elias. Segundo ele, o surgimento da autoconsciência é inseparável do autocontrole emocional. Esse processo específico de subjetivação possibilitou historicamente o surgimento da categoria de indivíduo. Elias cita como exemplo os renascentistas: esses quase primevos indivíduos (desconsiderando a civilização grega) foram fundamentais para a ideia de subjetivação modelar do *homo clausus*, que, posteriormente, se transformou no aclamado indivíduo ocidental, encapsulado dentro de si, condição de questionamento das prescrições mais genéricas (ELIAS, 1994, p. 246). Trabalho aqui com a ideia do indivíduo como uma categoria formulada por processos de subjetivação específicos típicos do Ocidente capitalista moderno, em que a possibilidade de afastamento das prescrições sociais genéricas torna-se possível. Postulo também que esse processo de subjetivação é enfatizado em alguns segmentos sociais e não em outros. É o afastamento das prescrições sociais genéricas (e, portanto, de alguns valores consolidados pelo senso comum) que vai gerar a ideia de uma dicotomia entre indivíduo e sociedade que se desdobra em outra, baseada no binômio agência/estrutura.

Tento agora explicar de forma resumida como vejo uma verdadeira lógica do social (a “sócio-lógica”, como diz Bourdieu) atuando no sentido de operar diferentes lógicas de subjetivação para os agentes dos diferentes segmentos sociais. Antes de tudo, de-

fendo, sempre baseado em Elias, que há uma correlação entre a ênfase nos processos de subjetivação que favorece a emergência de uma consciência individual e o autocontrole das emoções, e a preparação do agente para ocupar posições de poder na rede configuracional na qual ele se insere.

Ao contrário do que acontece com os agentes em que essa ênfase não se dá, isto é, com aqueles posicionados nos segmentos inferiores, os dos segmentos médios e, principalmente, os dos segmentos de elite tendem a passar por um processo de subjetivação que os prepara para o exercício do poder nas diversas esferas de domínio social. Para esse domínio se exercer, a emergência de uma consciência reflexiva e criativa se fará necessária. Esses agentes estarão localizados em espaços dentro da região do *socius* em que se opera o poder em função de uma maior incidência de relações de interdependência. Para ocupar tais espaços, deverão acumular um crescente número de influências e saberes demandados pelas relações existentes nos nós fundamentais do *socius*, essenciais também ao processo de individualização que favorece a emergência de uma consciência crítica e reflexiva capaz de se situar à distância das prescrições genéricas e, portanto, do senso comum. Aos demais agentes, precarizados em quase todos os aspectos, pouco será demandado nesse sentido, já que ocuparão posições inferiores. Dos agentes melhor posicionados se esperam iniciativa e criatividade, qualidades típicas daquele que controla e que tem que tomar decisões. Dos outros são esperados apenas obediência e indistinção, ou melhor, o não afastamento das regras e dos mandatos sociais consolidados, a não separação dos valores veiculados pelos discursos de senso comum e a adesão aos valores comuns. Para alguns poucos, o estímulo ao desenvolvimento da consciência reflexiva caminha *pari passu* com a necessidade de se orientar, de forma mais autônoma, diante das situações variáveis, cambiantes e incertas que a tomada de decisões impõe. Para os demais, resta a obediência a um esquema de vida que tende a não mudar, a adesão aos “projetos de vida” comuns, repetitivos, invariáveis. Reflexividade (criatividade) e autocontrole caminham aqui juntos, por mais paradoxal que isso possa parecer.

A individualidade como valor, preocupação intensa com as características e a singularidade individuais, a experiência pungente de “ser” um eu e de “ter” um eu ao mesmo tempo (isto é, ser obrigado a cuidar, defender, manter limpo etc. o seu eu, tal como se faz com as outras coisas possuídas) é uma necessidade imposta a algumas classes de pessoas pelo contexto social de suas vidas, e o aspecto mais relevante desse contexto é a ausência de uma norma inequívoca para o “projeto de vida” como um todo, assim como para as situações sempre variáveis da vida de todos os dias. Na ausência de uma corrente todo-poderosa e esmagadora, as naus individuais têm de ter os seus próprios giroscópios para as manter na rota. Esse papel de “giroscópio” é desempenhado pela capacidade individual de controlar e corrigir a própria conduta. Esta capacidade chama-se autocontrole. (BAUMAN, 1989, p. 68)

No caso específico desta pesquisa, há uma tendência a se perceber uma adesão maior às perspectivas de senso comum entre os jovens de situação social mais precarizada. Apoiando-me em postulações eliasianas, penso que a “sócio-lógica” atuará de forma tal, que aos agentes destinados a ocupar as posições de poder será possível estimular a liberdade individual de algumas das prescrições mais genéricas, mas, por outro lado, dentro dessa mesma lógica, haverá a emergência de um contínuo autocontrole daquele que vier a ocupá-las. Quanto aos demais, os de pior inserção social, seu comportamento será ordenado e regulado pelas regras socialmente construídas e codificadas, prescrições genéricas que modelam o contexto externo da conduta. A obediência é mais externa e rege sua submissão frente àqueles que se posicionam acima, enquanto, do ponto de vista mais próximo ou mais interno, se preferirem, não necessitam de nenhum autocontrole especial, de nenhuma correção constante do rumo individual.

Já aqueles melhor posicionados, mais próximos das situações de incerteza, naquelas regiões do *socius* marcadas pelo adensamento das relações de interdependência, vivenciam demandas contínuas de criatividade, instadas a partir das situações cambiantes, que exigem tomadas de decisão e distanciamento das prescrições genéricas, responsáveis pela modelagem de estereótipos, muitos deles presentes nos discursos do senso comum.

Enquanto, em um caso (agentes de classes populares), temos um lugar imaginário preso às prescrições mais comuns dos mais comuns dos lugares simbólicos, em que há um controle externo exercido por meio da avaliação moral das práticas dos agentes pelos valores de senso comum, no outro (agentes bem posicionados, destacando seu montante de capital cultural e escolar), apresenta-se um lugar imaginário rico em contradições e estimulado a desenvolver sua independência em relação ao controle externo daqueles lugares simbólicos mais constrangedores.

A adesão aos preceitos de senso comum caracteriza uma subjetivação também comum e pouco indiferenciada dos demais. Qualquer diferença passa então a ser vista como algo negativo, como um verdadeiro desvio, refletindo em sua própria percepção a condição de desviante tal como se organiza a percepção do senso comum acerca dos agentes que consomem substâncias psicoativas postas na ilegalidade.

Nesse processo de subjetivação há pouco espaço para a diferença. Quando ela existe, é vista como desvio, como algo depreciativo, orientando a percepção em relação ao agente e a seu comportamento para as demandas oficiais do senso comum, ou seja, para algo que orienta de fora suas atitudes e o próprio modo como as vê.

O processo de subjetivação dos jovens que não compartilham da visão de senso comum, em contraste, não os faz se enxergarem como desviantes, mas, antes, como curiosos e diferentes. Seguindo a perspectiva de Elias, ao se posicionar em uma região do *socius* onde vigoram fluxos adensados de interdependência, o aparato sociogênico, como diz o autor, que define e determina o agente torna-se também mais diferenciado, complexo e estável (ELIAS, 1993, p. 197). Esse aparato é, portanto, fundamental para os processos de subjetivação diferenciados.

Prescrições genéricas, influência maior e mais determinante dos princípios de divisão e classificação social que circulam com toda força em espaços da hegemonia do senso comum são mais frequentes em comunidades indiferenciadas. O autocontrole das emoções, com consequente individualização moldada no corpo do agente desde tenra infância, serve para individualizar, singularizar, distinguir aqueles que atuam em situações de ampla diferenciação, em que a cadeia de interdependência exige restrições comportamentais e, sobretudo, emocionais⁷.

7 É importante destacar o efeito de moralização que o processo de constituição de autocontrole adquire, principalmente, mas não só, para os agentes de classe média recém-ingressos ou para aqueles que, por alguma razão (real ou fictícia), se encontram em situação de insegurança em relação a seu status social. As incertezas e os temores de serem confundidos com agentes socialmente desvalorizados podem propendê-los a aderir publicamente a uma moralização hipócrita que segue tanto ou mais os preceitos de senso comum do que aqueles situados em posições inferiores do espaço social. Menciono esse fato apenas para aludir à existência de uma forma do que poderíamos chamar de “moralismo hipócrita” bastante comum nas perspectivas proclamadas por muitos agentes de classe média, sem, no entanto, analisá-lo de modo adequado, uma vez que essa discussão me afastaria demasiadamente dos objetivos deste trabalho.

A atomização e a individualização como processos de subjetivação são frutos de uma “supersocialização” que, de modo aparentemente contraditório, permite o aprofundamento das singularidades que não existem em comunidades indiferenciadas. Daí o fato de se exigir de alguns um estrito decoro comportamental não demandado a outros⁸.

A estabilidade das condições materiais é um pré-requisito que permite o contínuo aperfeiçoamento do comportamento, de tal forma que os mais bem posicionados podem manter uma estabilidade de caráter nem sempre acessível aos de situação precarizada, demandados por força de suas condições a valorizar expressões mais espontâneas, vistas por muitos como pouco “civilizadas”.

Uma das tantas consequências dessa situação é o fato de que a falta de instrução, de capital escolar e cultural, restringe drasticamente o número de funções sociais que os agentes, assim precarizados, podem desempenhar. Por sua vez, a falta de recursos econômicos e culturais condena os menos afortunados a uma exclusão das redes de interação mais ampliadas, bem como dos lugares e das posições sociais mais privilegiados.

Pode-se pensar que há uma adesão maior aos preceitos do grupo, uma vez que se depende mais dele quando se está situado em uma posição social inferiorizada. Daí a ideia de comunidade e a valorização extremada do coletivo em detrimento do indivíduo nos grupos de pior inserção social. Da mesma forma, pode-se enxergar a valorização de noções como comunidade e outras que remetem ao pertencimento grupal (como pude perceber na outra pesquisa de que participei⁹). Para Simmel, “o que todos podem dar de maneira igual equivale à cota do mais pobre” (SIMMEL, 2006, p. 55). Com isso, o autor quer dizer que a individualidade plena exige a superação dos sentimentos típicos dos agentes da massa.

Essa argumentação nos leva à ideia de que quanto menos favorecido é o agente, maior é a adesão aos valores do grupo, valores estes que convergem para aqueles princípios de divisão e classificação sociais mais recorrentes nos espaços sociais em que se veiculam mais frequentemente as categorias do senso comum.

8 A obra de Elias nos permite, a meu ver, desconstruir a famosa dicotomia entre indivíduo e sociedade. Liberdade e determinações sociais são contextuais e dependentes do espaço e do momento social, tanto do agente quanto da posição que ele ocupa. Existe liberdade tanto para o presidente quanto para o preso. Existem também constrangimentos para os dois. O presidente (agente com maior poder e liberdade institucional em alguns países do Ocidente) pode tomar decisões que terão implicações para inúmeros agentes desta e das próximas gerações, mas ele também tem que atender a demandas de decoro (lembrar o caso de Clinton e seu *affair* no salão oval da Casa Branca). Um preso (agente sujeito a restrições brutais em relação a sua capacidade de exercício de liberdade) pode também fazer uma greve de fome (ainda que possa vir a morrer em função dessa escolha) para denunciar maus-tratos e injustiças. Em Elias, não podemos pensar apenas nas liberdades e restrições dos agentes; temos também que pensar a história de sua posição em especial e da rica e complexa relação de modelação entre agente e posição ocupada, tanto da posição em relação ao agente quanto do agente em relação à posição. Isso sem ter que recorrer a nenhuma concepção dialética, nem ao malabarismo infrutífero de controversas noções como “campo” e “habitus”.

9 Ver nota 1.

A adesão ao grupo e aos valores coletivos aparece como algo quase inescapável para aqueles situados nos estratos sociais inferiores. Em contraste, quanto maior a distância entre a posição social ocupada pelo agente e os estratos inferiores, menor será a necessidade de ele vir a se apoiar nas perspectivas defendidas e consagradas pela visão de senso comum para elaborar sua própria visão e suas perspectivas pessoais¹⁰.

O exercício do poder requer maior liberdade da capacidade de agir. Isso favorece a criatividade, continuamente estimulada pelo maior espectro de possibilidades de ação. O resultado desse processo beneficia o distanciamento crítico das prescrições mais genéricas e o conseqüente desenvolvimento da individualidade no agente. A individuação, reforçada pela autonomia financeira, possibilita o descolamento do grupo no qual ele se insere, e também interações ampliadas e vividas com diferentes agentes, não mais apenas aquelas presas a uma coletividade ou um grupo de convívio quase familiar.

Uma vez possibilitado esse relaxamento das prescrições mais genéricas (que restringem os ideais de autonomia e individualidade), e, paralelamente ampliado o espectro de vivências sociais, estão estabelecidas as condições que permitem maior exercício de individualidade para os sujeitos situados nos segmentos médios e altos da sociedade. Isso não quer dizer, no entanto, que se distanciar do senso comum seja, nesse caso, inevitável. Trata-se apenas de uma prerrogativa que pode ser acionada com mais facilidade pelos agentes posicionados nos segmentos de melhor inserção social.

Classes e camadas menos favorecidas estariam mais sujeitas às injunções sociais, presas que são ao exercício da obediência e, ao mesmo tempo, mais sujeitas ao controle das prescrições de senso comum. Junte-se a isso a frequente proximidade de inúmeros outros agentes, agrupados em grandes núcleos familiares, nas mesmas condições que em geral reforçam as prescrições genéricas, típicas do senso comum, tal como acontece nas sociedades pequenas que funcionam como comunas paroquiais. Conforme o agente adquire maior autonomia em relação a esse meio, ou seja, quanto mais ele sobe na escala social, maiores são as possibilidades de adquirir liberdade frente às prescrições mais gerais, e também maior é o decoro comportamental dele exigido como capacidade de autocontrole e contenção emocional. Isso justifica o fato de que, quanto pior a inserção social, maior é a probabilidade de encontrar comportamentos mais estereotipados.

10 Reitero a visão de que essa é uma prerrogativa nem sempre acionada pelos agentes bem situados, pois a adesão aos valores de senso comum rende benefícios simbólicos óbvios, aqueles típicos de quando se compartilha uma determinada visão com a maioria, sem precisar arcar com os custos (simbólicos e mesmo materiais) de uma posição contrária.

Esse conjunto de postulações sociológicas ajuda a refletir sobre a autoestima incontestavelmente baixa dos jovens usuários de drogas menos favorecidos com quem pude conversar durante a pesquisa. Esses jovens fazem recair sobre sua própria imagem a ideia da depreciação, de um barateamento de seu valor social. A autoapreciação feita por eles rende homenagens aos discursos e narrativas do senso comum, aos quais aderem de modo natural e espontâneo.

O inverso pode ser visto nas falas dos jovens melhor inseridos. O “caro” das drogas sintéticas é um verdadeiro “barato” distintivo em relação aos “favelados” e desclassificados, além de transgressivo, original. Afinal, a fala de um jovem pertencente ao segmento social mais favorecido sobre a proibição, “Não fui eu quem inventou essa regra”, retraduz o distanciamento das prescrições genéricas, algo bem distinto do que pensam, em sua maioria, nossos entrevistados menos favorecidos.

Conclusões

Após a análise dos discursos registrados pela pesquisa, posso dizer que os jovens de segmentos populares tendem a ter uma visão muito mais negativa do seu próprio consumo de drogas do que os jovens de classe média, o que incide na expressão de uma identidade autodepreciada. Em alguns casos, os jovens assumem a imagem do viciado ou do dependente, reproduzindo a opinião do senso comum, que tende a enxergar os usuários de substâncias psicoativas postas na ilegalidade como seres doentes e/ou criminosos. Eles tendem a ser fatalistas, imputando sua situação de “desvio” (tal como eles próprios veem) a causas externas, como a influência dos pais, e, assim, se eximindo de assumir a responsabilidade por suas práticas. Esse tipo de identidade, baseada numa autoimagem depreciada, não aparece nos relatos e em outros registros que exprimem a opinião dos agentes de melhor inserção social.

O que poderia explicar essa diferença que incide, antes de tudo, na posição social dos agentes analisados? Defendo que a diferença social do agente influencia sua visão de mundo de tal forma, que os agentes menos favorecidos tendem a reproduzir visões mais próximas do senso comum e, portanto, retrógradas no que diz respeito a práticas carregadas de intensa valoração moral negativa.

Para reforçar esse ponto de vista, recolho dados extraídos de outra pesquisa. Entre as inúmeras questões levantadas por Almeida (2006), que compara segmentos populacionais com maior e menor escolaridade, distingue-se uma tendência mais conservadora em diversos aspectos da sociabilidade nos segmentos de menor escolaridade. Um exemplo: há uma nítida tendência à condenação ao homossexualismo masculino de forma mais enfática entre os agentes de menor escolaridade. Entre os analfabetos, a condenação ocorre em 97% dos entrevistados, enquanto o apoio às práticas homossexuais se verifica em apenas 2%. Entre os que estudaram até a 4ª série, os números de condenação chegam a 94%, enquanto o apoio sobe para 4%. Entre os de escolaridade da 5ª à 8ª séries, os números variam de 92% condenando e 6% apoiando. Para os que têm ensino médio, há um pulo mais significativo: a condenação é apontada por 86%; e 11% apoiam os homossexuais. Finalmente, 75% dos entrevistados com ensino superior condenam e 20% apoiam.

Segundo esses dados, um maior capital cultural e escolar tende a favorecer a expressão de opiniões destoantes em relação à usual condenação ao homossexualismo masculino encontrada nas narrativas de senso comum¹¹. Almeida chega a outros números interessantes, mostrando que os agentes de menor escolaridade são aqueles que mais tendem a apoiar práticas de censura. Fazendo análises variadas com diversas perspectivas, sua pesquisa mostra ainda a tendência dos habitantes das grandes cidades, em contraste com aqueles de zonas menos urbanizadas, em ter uma visão de mundo menos “arcaica” e, por conseguinte, mais “moderna” (termos do autor). Para Almeida, “mais riqueza e mais educação levam as pessoas a rejeitar a autoridade superior [o que eu aqui chamo de visões e perspectivas de senso comum] e a buscar formas de ‘autoexpressão’ [o que eu vejo como processo de individualização autônoma]” (ALMEIDA, 2006, p. 18). Há, no entanto, alguns problemas com suas explicações, pois ele parte de uma série de pressupostos teóricos que não me parecem esclarecer a lógica do social, responsável pela tendência, entre pessoas de classes menos favorecidas, a apoiar a censura e à maior perseguição em relação a práticas vistas como desviantes, entre outros posicionamentos similares.

11 Volto a lembrar o que já disse em nota anterior. Uma melhor posição social, que nesse caso se explicita por meio de um maior capital cultural e escolar, não garante o distanciamento das prescrições genéricas e dos valores cultivados e veiculados pelas perspectivas de senso comum. Na amostra tratada, apenas um quarto dos respondentes dizia apoiar a homossexualidade masculina, ou seja, o restante (75%) pensa da forma mais comum e tradicional. Mas é apenas nesse segmento que crescem os percentuais de apoio para a condenada prática.

Sustento a visão de que os agentes menos favorecidos tendem a reproduzir os valores veiculados nos discursos de senso comum, nos quais a censura e a condenação de práticas tidas como imorais ou demasiadamente liberais são mais frequentes.

Nesse sentido, apenas dou continuidade às minhas posições já defendidas anteriormente, durante a elaboração de minha pesquisa sobre a questão da masculinidade. Na ocasião, pude explorar as razões para a indubitavelmente maior frequência de comportamentos que explicitavam uma forma de masculinidade pronunciadamente mais machista nos segmentos menos favorecidos (OLIVEIRA, 2004). A pesquisa sobre a visão de jovens usuários de substâncias psicoativas sobre suas próprias práticas transgressivas de consumo apenas me permitiu reiterar alguns fatos. Percebi em ambas as investigações que os menos afortunados têm uma verdadeira fobia de se apresentar como “diferentes”, e, quando isso ocorre (como no caso dos jovens usuários), aderem a uma visão de senso comum que acaba por desqualificá-los a seus próprios olhos, recorrendo a explicações fatalistas e sempre examinando a reação do interlocutor (no caso, o entrevistador) para tentar responder de acordo com os padrões mais convencionais e que possam, em tese, garantir sua adequação e sua adesão ao que consideram “normal”.

Cabe aqui um comentário acerca da família e de sua importância no papel real ou imaginário na etiologia do consumo de substâncias psicoativas. Os jovens que criticaram suas famílias pelo papel preponderante no estímulo ao consumo de substâncias psicoativas tendem a ser aqueles que, nessa pesquisa, se situam em pior posição social, os frequentadores de bailes funk. Os demais, isto é, os jovens frequentadores de festas eletrônicas, em contraste, não se autoavaliam de forma depreciativa. É possível ver aqui uma adesão a um preceito de senso comum para o qual a família é a base de tudo o que é importante para explicar o comportamento dos indivíduos. Nessa concepção, quando a família é avaliada como “desintegrada”, “desestruturada” e com qualificativos congêneres, apresenta-se então uma possibilidade de explicar posturas, condutas e atitudes socialmente depreciadas – no caso, o consumo de substâncias psicoativas postas na ilegalidade – como típicas dos membros oriundos desses núcleos familiares.

O mais interessante é que a qualificação de “desestruturada” ou “desintegrada”, dada às famílias, foi feita pelos próprios jovens a elas pertencentes. Segundo uma determinada perspectiva sociológica, é sempre mais fácil e mais confortável estar de acordo com os preceitos do senso comum (BOURDIEU, 1996, p. 225). Nesse caso, tal adesão traz, ao mesmo tempo, uma reverência à representação social oficial (o que traz um lucro simbólico) e uma possibilidade de imputar a uma situação estrutural (ser membro de uma família desintegrada) as causas daquilo que é visto pelo próprio agente como vício e/ou doença, ou ainda como crime, isentando-o de assumir qualquer responsabilidade sobre a situação.

É importante destacar também o fato de que aquele que se encontra em situação social menos favorecida tenderá a aderir com mais ênfase às prescrições sociais mais comuns, pois sua situação social já traz em si uma considerável desvalorização simbólica. E ser diferente apenas reforçaria tal desvalorização, o que torna compreensivo o desejo de afastamento desse risco pela propensão a aderir pronta e irrefletidamente às demandas de conformação a tais prescrições e valores comuns. Isso ajudaria a explicar um conjunto de dados que apontam para a adesão mais espontânea àquilo que Almeida chama de “visão arcaica”, bem como a um fatalismo mais pronunciado nos segmentos sociais de pessoas socialmente menos favorecidas, que atribuem a causas externas sua situação de vida. Esse fatalismo transparece neste trabalho a partir do momento em que os agentes jovens apontam razões familiares (estruturais) para explicar seu consumo, sendo que alguns deles se apressam em dizer que não pretendem “seguir com essa vida” pois não querem servir de mau exemplo para os filhos de seu provável núcleo familiar adventício. A adesão aos valores e às prescrições sociais mais comuns já havia sido por mim percebida em relação aos atributos de uma masculinidade mais efetiva (por que não dizer machista?) nesses mesmos segmentos, bem como ao medo de ser diferente da regra padrão oficial, dados confirmados pela pesquisa de Almeida.

De um modo bastante sucinto, procurei aqui descrever aspectos referentes às percepções que jovens usuários de substâncias psicoativas têm acerca desse consumo tão condenável pela perspectiva hegemônica constitutiva do senso comum. Apontei para o fato de que a visão dos

agentes de classe menos favorecida tende a reproduzir de forma pouco crítica a narrativa de condenação sobre as drogas e sobre seus usuários, nesse caso, os próprios entrevistados. Por outro lado, o contingente de jovens usuários de classe média aqui analisado tende a minimizar a perspectiva conservadora em alguns aspectos, resultando dessa posição uma autoavaliação mais positiva do que aquela reportada nos discursos do outro grupo.

Essas diferenças relacionam-se com uma dinâmica de socialização na qual a disposição para a crítica às regras sociais é bastante menor nos segmentos menos favorecidos, exatamente aqueles que mais sofrem com todo o processo de distribuição ilegal das drogas. Afinal, o contingente de mortos e de constrangidos pela violência de policiais e traficantes é inegavelmente maior nas comunidades de baixa renda.

Nas dinâmicas de grupo focal e nas entrevistas fornecidas, constatei também que as drogas sintéticas puras, como o MDMA (sigla para a substância fundamental para a fabricação do *ecstasy*), eram inacessíveis para os agentes jovens de classes desfavorecidas. Lembro-me de uma frase de duvidoso estilo paradoxal dita por um dos jovens em relação ao *ecstasy*: “O barato sai caro”. Mais caro talvez não seja o valor venal da substância, mas as implicações resultantes de uma socialização na qual o barateamento das vivências sociais encerra a impossibilidade de se realizar caros valores sociais: o distanciamento das prescrições genéricas e a possibilidade de desenvolvimento de uma individualidade criativa e crítica, elemento fundamental para o questionamento das narrativas de senso comum que possa desconstruir mitos e sugerir alternativas àquelas estipuladas pelas políticas de repressão aos entorpecentes.

A política de repressão adotada pelos países do Ocidente com o aval dos EUA, que, desde a Lei Seca, se orientam pela cartilha da aplicação de medidas punitivas e a impõem nos fóruns internacionais a quase todos os países, se baseia na ideia de que será possível eliminar o consumo de drogas com a aplicação de recursos em processos de criminalização dos fornecedores ilegais e dos usuários. A chamada guerra contra as drogas tem tido até agora re-

sultados pífios, não obstante a escalada de recursos que lhe são destinados. Um importante, senão fundamental, aspecto dessa empreitada reside na conformação de uma opinião pública que enxerga essas substâncias, assim como os agentes que as consomem, como responsáveis diretos por todas as mazelas resultantes de seu comércio.

Foi meu objetivo aqui mostrar a eficácia dessa conformação de senso comum no instante em que se constata que essa narrativa hegemônica é adotada pelos próprios usuários dessas substâncias, frequentemente ainda que não apenas, aqueles de baixa inserção social. Apoiado nessa constatação, busquei esclarecer uma determinada lógica do social que, de acordo com os postulados sociológicos de Norbert Elias, atuaria no estabelecimento das visões dos segmentos de jovens em relação ao uso de drogas de acordo com sua inserção social.

A aposta na possibilidade de uma melhor colocação de argumentos em um debate social depende da elucidação daquilo que fundamenta a perspectiva social de cada grupo. Essa só poderá se tornar inteligível a partir do instante em que nós, sociólogos, pudermos esclarecer os diferentes processos de subjetivação e a lógica do social que faz incidir sobre grupos assimétricos visões distintas, quando não antagônicas, acerca dos assuntos que constituem a agenda pública de problemas e de soluções políticas adotadas para enfrentá-los.

Referências

- ALMEIDA, Alberto C. (2006), *A cabeça do povo brasileiro*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record.
- BAUMAN, Zygmunt. (1989), *A liberdade*. Lisboa, Estampa.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *Razões práticas*. Campinas, Papirus.
- EISNER, Bruce. (1995), *Extasis: Historia del MDMA*. Barcelona, Ediciones Obelisco.
- ELIAS, Norbert. (1993), *O processo civilizador - Vol. 2*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- _____ (1994) *O processo civilizador - Vol. 1*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ESCOHOTADO, Antonio. (1998), *Historia de las drogas - Vols. 1, 2 e 3*. Madrid, Alianza Editorial.
- GRILLO, Carolina C. (2008), *Fazendo o doze na pista*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MACFARLANE, Aidan et al. (2003), *Que droga é essa?*. São Paulo, Editora 34.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). (2008), *Vida sob cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MILAN, James R. [e] KETCHAM, Katherine. (1986), *Alcoolismo: Os mitos e a realidade*. São Paulo, Nobel.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo de. (2004), *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte, Editora da UFMG / Rio de Janeiro, IUPERJ.
- SAUNDERS, N. [e] DOBLIN, R. (1996), 'Ecstasy': Dance, trance & transformation. São Francisco, Quick American Archives.
- SIMMEL, Georg. (2006), *Questões fundamentais de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- ZALUAR, Alba. (1996), *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro, Revan.
- _____ (2004), *Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas.